

UM ESTUDO SOBRE A RENTABILIDADE DE UMA PROPRIEDADE RURAL DE PEQUENO PORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS¹

Alexandra Benvegnú²

Fernanda da Silva Momo³

RESUMO

O agronegócio é um dos principais setores da economia nacional e dentro dele destaca-se a agricultura familiar, ambos em 2017, segundo dados do Ibrahin (2018), contribuíram com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dentro da agricultura familiar destaca-se o cultivo do fumo que tem grande participação nas exportações do país. A partir disso, optou-se por fazer um estudo em uma propriedade rural familiar que tem como atividade principal, o cultivo do fumo. O estudo buscou mensurar qual a rentabilidade de uma propriedade rural de pequeno porte, localizada no interior do município de São Francisco de Assis, quando comparada com outros investimentos do mercado financeiro na safra 2018/2019? Para isso, fez-se necessário utilizar cálculos e conceitos da contabilidade e sua aplicabilidade na agricultura familiar, também se fez necessário pesquisar, avaliar e conhecer as opções de investimentos do mercado financeiro do ano de 2018. O estudo foi realizado em uma propriedade rural familiar localizada no interior do município de São Francisco de Assis. Ao fim do estudo concluiu-se que a lavoura de fumo cultivada na propriedade, não foi rentável na safra 2018/2019.

Palavras-chave: agronegócio, agricultura familiar, fumo, rentabilidade e indicadores financeiros.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é conceituado como produção, processamento, armazenamento, distribuição de produtos agrícolas e pecuária. No Brasil, além de moderno, competitivo e eficiente, é considerado como uma atividade segura, rentável e próspera (SILVA; CESARIO; CAVALCANTI, 2013), ou seja, considera-se o país com vocação natural para a agronegócio,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2019, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul/ Campus Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Processos Gerenciais.

² Graduanda do curso de Processos Gerenciais do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/ Campus Farroupilha (IFRS Campus Farroupilha). (alexandrabm2010@hotmail.com).

³ Orientadora: Mestre em Administração na área de Gestão de Sistemas e Tecnologia da Informação pelo PPGA/EA/UFRGS. Contadora, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Professora do IFRS Campus Farroupilha. (fernandamomo@yahoo.com.br).

de forma que este setor possui cada vez mais impacto positivo na economia brasileira (BARROS,2018).

No que se refere aos participantes do agronegócio, destaca-se que este setor é composto, fundamentalmente, por agricultores familiares, e estes “... conseguiram se firmar em setores extremamente modernos, como a produção de aves, suínos, fumo, produtos esses ligados a mercados internacionais” (ABRAMOVAY, 2003, p. 7). Em relação à fumicultura, esta é uma atividade econômica que foi desenvolvida primeiramente no nordeste do Brasil, e, posteriormente, em outras regiões do território nacional (SILVEIRA, 2015), centralizando-se, ao longo do século XX, nos estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Devido ao grande número de municípios envolvidos, firmou sua importância econômica como uma cadeia produtiva geradora de empregos, inclusive no meio rural (SILVEIRA, 2015).

O Brasil, mantém, há alguns anos, a posição de maior exportador de fumo do mercado mundial e o segundo lugar na produção de fumo em folha (VARGAS; OLIVEIRA, 2012). Na balança comercial brasileira, a exportação deste não tem uma participação tão expressiva, porém, na região sul do país, configura grandiosa relevância na produção agrícola e na renda, o que corresponde a mais de 90% da produção nacional de fumo (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

O objeto deste estudo é uma pequena propriedade rural familiar, localizada no interior do município de São Francisco de Assis. Nela predomina o cultivo de fumo, milho e criação de gado - todos destinados à venda -, e o cultivo de pastagens de inverno - utilizada para alimentar o gado. Essas atividades são desenvolvidas em aproximadamente 40 hectares de terra (23 hectares em nome do proprietário e 17 hectares arrendados). Desses hectares, dois são usados para o cultivo do fumo; um, para o cultivo do milho; dez, para o plantio de pastagens de inverno; e o restante, para pastagem permanente (potreiro) e mata nativa.

Com base no exposto, o presente estudo, visou responder o seguinte problema de pesquisa: Qual a rentabilidade de uma propriedade rural de pequeno porte, localizada no interior do município de São Francisco de Assis, quando comparada com outros investimentos do mercado financeiro na safra 2018/2019? Diante da questão proposta, a presente pesquisa teve como objetivo geral, identificar qual a rentabilidade de uma propriedade rural de pequeno porte do município de São Francisco de Assis, quando comparada com outros investimentos oferecidos pelo mercado financeiro na safra 2018/2019. E como objetivos específicos, tendo como base a safra 2018/2019: mensurar os dados contábeis financeiros da propriedade; calcular os indicadores de rentabilidade da propriedade

e coletar os indicadores de desempenho das opções de investimento ofertadas pelo mercado financeiro; analisar os dados contábeis e financeiros da propriedade bem como os indicadores de rentabilidade buscando uma comparação com as opções de investimento do mercado financeiro.

O estudo se justifica diante da incerta e competitiva economia brasileira, onde os pequenos produtores rurais não podem mais ficar à mercê de custos aproximados, tanto de produção quanto de venda de seus produtos. Segundo Barbosa *et al.* (2012), os produtores rurais precisam fazer o planejamento do seu negócio, ter controle sobre os gastos e ter ciência do lucro gerado para poderem tomar decisões estratégicas. Para Alencar *et al.* (2001), as relações estabelecidas no setor agropecuário são de concorrência imperfeita, devido às empresas atuantes serem reduzidas e estruturadas em associações de interesse, que se relacionam com um grupo de produtores rurais. Diante disso, os produtores perdem o poder de barganha e negociação de seus produtos. A partir daí, mostra-se de suma importância entender se as negociações estão sendo rentáveis.

Este estudo está assim estruturado: além desta introdução; a seção 2 apresenta o referencial teórico; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos utilizados; a seção 4 discorre sobre a análise dos dados e a seção 5 traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se esta seção abordando o tema do Agronegócio. Na sequência, discute-se sobre Agricultura Familiar, Contabilidade e Finanças no Agronegócio, Indicadores Econômico-Financeiros de Rentabilidade e Aplicações Financeiras.

2.1 AGRONEGÓCIO

O agronegócio pode ser conceituado, segundo Sorj (1980, p. 152), como o “... conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial”. Müller (1989, p. 148) complementa ao descrever o agronegócio como:

... as relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as

agroindústrias. O agronegócio é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

Sendo assim, pode-se entender que o agronegócio abrange muito além da agropecuária (conjunto de estabelecimentos de produção agrícola, pecuária e florestal), uma vez que esse trata da cadeia produtiva como um todo, desde o segmento de insumos e serviços até a produção, processos industriais, logística e distribuição para mercados internos e externos (BARROS, 2018). Observa-se que o Agronegócio está transformando a vida do campo de tal forma que os agricultores rurais estão se tornando empresários rurais. Nesse sentido, entender sobre determinado produto não é mais suficiente, é preciso ter conhecimento e interação com o meio onde se está inserido, em outras palavras, os produtores precisam mudar a forma de fazer a administração de suas propriedades rurais, eles precisam estar abertos a novos conceitos (SEBRAE, 2004 *apud* RAMOS, 2014, p. 11-12).

Em relação à representatividade da agricultura e do agronegócio para o contexto econômico brasileiro, destaca-se que no ano de 2017 ambos contribuíram com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo essa, a maior participação do PIB nos últimos 13 anos, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (IBRAHIN, 2018). Em 2018, as exportações do agronegócio atingiram um recorde de US\$ 101,69 bilhões, com um crescimento de 5,9% em relação ao ano de 2017 (BRASIL, 2019), devido às vendas para a China que, nesse ano, aumentaram em US\$ 9 bilhões, conforme a Secretária de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2019).

Referentemente às exportações realizadas, salienta-se que a soja foi o principal produto exportado, 83,6 milhões de toneladas; seguida da carne bovina *in natura*, que obteve um recorde de 322,3 mil toneladas vendidas, com um acréscimo de 111,1 mil toneladas em relação a 2017 (BRASIL, 2019). No que se refere ao fumo, este teve um aumento de 1,99% no volume exportado (EXPORTAÇÕES DO ..., 2019). Por fim, evidencia-se que o agronegócio representou 42,4% do total das vendas externas brasileiras no ano de 2018, mostrando ser uma área da economia de grande representatividade (BRASIL, 2019).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar é apresentado no art. 3 da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), o qual descreve que o agricultor familiar é aquele que realiza atividades no meio rural e atende, de forma simultânea aos seguintes requisitos:

Não detenha, a qualquer título área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; Tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

Carmo (2000) define agricultura familiar como um sistema de produção em que as decisões não eram tomadas tendo como base somente a produção ou a rentabilidade econômica, já que os objetivos e necessidades da família também eram levados em consideração. Para Abramovay (1997), o termo agricultura familiar começou a ser utilizado recentemente no Brasil. Em 2018, era conhecido como agricultura de baixa renda ou pequena produção ou agricultura de subsistência.

Conforme Guilhoto *et al.*, (2006), as várias unidades de produção rural divergem em tamanho, capital e tecnologia, tornando as propriedades individuais e diferentes, no entanto, as propriedades menores enfrentam um acentuado problema devido à diversidade de sistemas e às estratégias produtivas. Cooperativas e associações viabilizam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, porém, cabe ao Governo e às comunidades a elaboração de estratégias capazes de alterar os rumos da produção familiar (GUILHOTO *et al.*, 2006).

De acordo com o último Censo Agropecuário, realizado em 2017, 84% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares, que são responsáveis pela produção de: 70% do feijão nacional; 34% do arroz; 87% da mandioca; 46% do milho; 38% do café; 21% do trigo; 60% da produção de leite; 59% do rebanho suíno; 50% das aves; e 30% dos bovinos, tornando a agricultura familiar a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (BRASIL, 2018).

Tratando-se dos itens da cesta básica, a agricultura familiar é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos, logo, é responsável pelo abastecimento do mercado interno, pelo controle da inflação, pela segurança alimentar e pela erradicação da fome (CASTILHO, 2017). Assim como é responsável pela renda de 40% da população

economicamente ativa do país e por 70%, ou mais, dos brasileiros ocupados no campo (PORTAL BRASIL, 2018).

2.3 CONTABILIDADE E FINANÇAS NO AGRONEGÓCIO

Desde a antiguidade, o homem tem se esforçado para organizar e gerenciar seus lucros e maximizar suas riquezas. Isso se tornou possível devido à contabilidade que, no decorrer de sua evolução histórica, tornou-se uma das principais responsáveis pelo gerenciamento das empresas, seja na indústria, no comércio ou no campo. É a contabilidade que informa aos empresários o cenário do seu negócio, no entanto, no campo, apesar de estar sendo aplicada tardia e lentamente, tem ganhado espaço e importância (ULRICH, 2009).

De acordo com Crepaldi (2004), a contabilidade rural é pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores, porém, é uma necessidade urgente no Brasil. Ela é a responsável pelo controle do patrimônio das propriedades rurais; apura o resultado destas; informa sobre o patrimônio e sobre o resultado das propriedades rurais aos seus usuários; apoia na tomada de decisão; permite fazer comparações de desempenho perante outras entidades; mensura o desempenho financeiro da propriedade e de cada atividade produtiva; e apoia no planejamento da produção, nas vendas, nos investimentos e nas projeções de fluxos de caixa, ou seja, ela é a cópia de uma empresa rural e deve ser assistida de perto pelo seu proprietário (CREPALDI, 2004).

Sobre o desempenho de uma atividade agropecuária, Lourenzani (2005) diz que vários são os fatores aos quais as atividades agropecuárias estão condicionadas, tais como: fornecedores de insumos; processadores; atacadistas; varejistas; as alterações climáticas; a queda de preços agrícolas; os gastos inesperados; entre outros. Lourenzani (2005, p. 25) declara ainda que:

A elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de créditos, a tomada de decisão sobre o que produzir, o processo de compra de insumos e venda de produtos, os acessos a mercados, entre outros, afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais.

Em busca de melhores resultados financeiros, Saldanha (2005), traz algumas sugestões que o pequeno proprietário rural pode utilizar: fazer planejamento de curto e longo prazo; cotar preços para compra de insumos e para venda de seus produtos; e ter um controle contábil. A partir dessas sugestões e com o auxílio de contadores, o proprietário planeja suas

finanças e opta pela forma de fazer a gestão da sua propriedade (SALDANHA, 2005). Para tanto, a contabilidade rural vem para se aliar ao produtor rural, por meio das informações necessárias para sua administração. Isso porque a propriedade rural, assim como qualquer outra empresa, tem, da mesma forma, suas despesas e custos para serem monitorados (REIS, 2019).

Nas pequenas propriedades rurais o cálculo do resultado das atividades está atrelado a características de cada atividade produtiva, como por exemplo o fumo em que seu cultivo inicia no mês de maio e a safra termina em março do ano seguinte. Em relação a estudos que tiveram como base usar ferramentas da contabilidade para fazer análises financeiras de pequenas propriedades rurais, destaca-se primeiramente o estudo de Gregorio *et al* (2017) que teve como objetivo principal aplicar controles básicos difusos na literatura na área das ciências sociais aplicadas para análise econômica e financeira de uma propriedade rural. Para alcançar os objetivos do trabalho, os autores usaram os dados no fluxo de caixa dos últimos três anos da propriedade demonstrando as contas de entradas e saídas bem como o acréscimo ou decréscimo das principais contas que envolveram a produção de tabaco (GREGORIO *et al.*, 2017). Ao fim deste estudo os autores identificaram as contas que mais demandam recursos na atividade e de forma a destacar informações ao agricultor para que este pudesse fazer uma análise de como minimizar esses gastos e assim, fazer um melhor planejamento para as próximas safras (GREGORIO *et al.*, 2017).

Em outro estudo de Turra e Lumbieri (2014) buscaram analisar se uma pequena propriedade rural do município de Nova Machado foi rentável quando comparada com outros investimentos oferecidos pelo mercado financeiro no ano de 2014. Para alcançar os objetivos foram feitas entrevistas na propriedade e análises em documentos já existentes na propriedade, após a coleta de dados foi elaborado um Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) e um Balanço Patrimonial, também foram coletados dados de percentuais de rendimentos de indicadores de desempenho econômico do mercado financeiro do ano de 2014 e após feito a comparação destes com os resultados apresentados pela propriedade (TURRA; LUMBIERI, 2014). Ao término do estudo os autores observaram que a propriedade foi rentável no ano analisado e, como sugestão, o seu proprietário não deveria se desfazer desta (TURRA; LUMBIERI, 2014).

Gonçalves (2015) em seu estudo teve como objetivo elencar os custos na produção fumageira de uma propriedade agrícola familiar. Para isso, Gonçalves (2015) apresentou as etapas do processo produtivo e identificou os gastos fixos e variáveis da propriedade em estudo. Observou-se que a maioria dos custos eram variáveis, ou seja, se alteram conforme o

volume de produção, também foram elencados os custos em cada etapa da produção, o método gerencial de apuração de resultado e o cálculo do retorno sobre o investimento (GONÇALVES, 2015). Ao final do estudo concluiu-se com a evidenciação dos custos, o agricultor pode controlar melhor seus gastos e manter-se firme no mercado e também obteve melhor desempenho na gestão de sua lavoura (GONÇALVES, 2015).

Esses estudos destacam a importância da mensuração financeira para as propriedades rurais, mesmo que estas possam apresentar inicialmente um grande desafio no mapeamento dos gastos e investimentos relativos a cada atividade em um período de tempo (GREGORIO *et al.*, 2017; TURRA; LUMBIERI, 2014; GONÇALVES, 2015). Destaca-se que esse desafio está relacionado ao fato de que as atividades das propriedades rurais possuem características específicas de período de produção e muitas vezes não há um registro documental em relação as atividades produtivas.

2.4 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE RENTABILIDADE

Existem várias maneiras para a mensuração da rentabilidade, as quais permitem ao investidor analisar os lucros da empresa em relação a determinado nível de vendas, a determinado nível do ativo ou a quantidade de capital investido pelos donos (GITMAN, 1997). Silva (1995, p. 238) afirma que “... os índices de retorno, também conhecidos por índices de lucratividade ou mesmo de rentabilidade, indicam qual o retorno que o empreendimento está proporcionando”. Segundo Turra e Lumbieri (2014), a contabilidade aplica alguns índices ao Balanço Patrimonial e ao Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) para avaliar o desempenho de determinada atividade econômica, isso ocorre pela utilização de fórmulas que resultam em dados, e alguns desses índices estão focados na mensuração da rentabilidade.

Conforme Gitman (2010), para análise e monitoramento da empresa, são necessários métodos de cálculos e a interpretação de índices financeiros. Nesse sentido, existem diferentes formas para calcular os índices financeiros, entre elas: liquidez; endividamento; lucratividade; e valor de mercado. Desses, os índices de liquidez, lucratividade e endividamento mensuram os riscos, enquanto o valor de mercado mensura os riscos e os retornos e, por fim, os índices de lucratividade mensuram os retornos (GITMAN, 2010).

Os índices de rentabilidade evidenciam o rendimento dos capitais investidos e mostram o sucesso da empresa (HOJI, 2010). Para Assaf Neto (2009, p. 228), “... esses indicadores têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a

determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões”. Para Gitman (2010), os índices de rentabilidade permitem mensurar os lucros da empresa comparados a um determinado nível de vendas, de ativos ou de investimentos. Os índices para calcular a rentabilidade são cinco:

Margem de lucro bruto:

“... mede a percentagem de cada unidade monetária de venda que permanece após a empresa deduzir o valor dos bens vendidos” (GITMAN, 2010, p. 58), quanto mais elevada a margem de lucro bruto, melhor. Hoji (2010) expõe que esta mostra quanto a empresa obtém para cada R\$ 1,00 de receita líquida.

Margem de lucro operacional: pondera a percentagem de cada unidade monetária de vendas restantes depois de deduzir todos os custos e despesas, simboliza o lucro legítimo, uma vez que mensura somente o lucro sobre as transações, desconsiderando impostos e arrecadações de ações preferenciais; quanto mais elevada a margem de lucro operacional, melhor (GITMAN, 2010).

Margem de lucro líquido: pondera a percentagem de cada unidade monetária de vendas restantes depois de deduzir todos os custos e impostos. É comparada ao êxito da empresa com relação ao ganho alcançado a partir das vendas; quanto mais elevada a margem de lucro líquido, melhor (GITMAN, 2010). Silva (1995) reafirma esse entendimento e destaca que o índice de retorno sobre as vendas relaciona o lucro líquido com as vendas líquidas do período, mostrando o percentual de ganhos que a empresa está tendo em comparação ao seu faturamento. Para Hoji (2010), esse índice mostra qual foi o lucro líquido comparado à receita operacional.

Retorno sobre o ativo total (ROA): é a “... taxa de retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. Indica o retorno gerado por cada \$ 1,00 investido pela empresa” (ASSAF NETO, 2008, p. 229). Para Gitman (2010, p. 60), esse índice “... mede a eficácia da administração na geração de lucros a partir dos ativos disponíveis”; quanto maior for esse resultado, melhor. Silva (1995) reforça que esse índice aponta o lucro que a empresa proporciona em relação aos investimentos.

Retorno sobre o capital próprio (ROE): esse índice pondera o resultado sobre as aplicações/investimentos dos acionistas (GITMAN, 2010). Segundo Hoji (2010), igualmente mostra o rendimento do capital investido na atividade. Silva (1995, p. 246) complementa: “... o índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido indica quanto de prêmio que os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação a seus investimentos no empreendimento. O lucro, portanto, é o prêmio do investidor pelo risco de seu negócio”.

A Figura 1 apresenta as fórmulas dos Indicadores de Rentabilidade.

Figura 1 – Fórmula dos Indicadores de Rentabilidade

| | |
|-------------------------------------|---|
| Margem de Lucro Bruto | $\text{Receita de Vendas} - \text{Custo da Mercadoria Vendida} \div \text{Receita de Vendas}$ |
| Margem de Lucro Operacional | $\text{Lucro Operacional} \div \text{Receita de Vendas}$ |
| Margem de Lucro Líquido | $\text{Lucro Líquido para o Acionista} \div \text{Receita de Vendas}$ |
| Retorno sobre o Ativo Total (ROA) | $\text{Lucro Disponível para os Acionistas} \div \text{Ativo Total}$ |
| Retorno sobre Capital Próprio (ROE) | $\text{Lucro Disponível para os Acionistas} \div \text{Patrimônio Líquido dos Acionistas}$ |

Fonte: elaborada pela autora (2019).

2.5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Pode-se definir o sistema financeiro como um agrupamento de instituições que operam na economia regulando, unificando e colaborando nos ajustes dos agentes superavitários e deficitários, criando situações que viabilizam a relação entre os que economizam e os que investem (LENTZ, 2016). De acordo com Lagioia (2011, p. 53):

... o sistema financeiro possui outros valores agregados, mas fundamentalmente aproxima os agentes superavitários dos deficitários ou vice-versa sem que os mesmos necessariamente precisem se conhecer. ... pode ser definido como um conjunto de mercados, instituições e instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertadores finais para os tomadores finais.

Com rentabilidade fixa ou variável, as aplicações financeiras compõem um leque de investimentos que podem ser do tipo: Fundos de Investimento Financeiro (FIF); Certificados de Depósitos Bancários (CDB); Letras Hipotecárias; dentre outras (APLICAÇÕES ..., [201-]). As aplicações financeiras mais comuns no mercado são: Poupança; Certificado de Depósito Bancário (CDB); Recibo de Depósito Bancário (RDB); e os Fundos de Investimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Neste estudo optou-se por utilizar indicadores financeiros de grande relevância para o mercado e possíveis opções de investimento para os donos da propriedade rural, tais como: Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Índice Bovespa (Ibovespa), Dólar e Ouro. Os quais estão descritos abaixo:

Poupança: para Lentz (2016), a poupança pode ser usada, tanto para saques quanto para depósitos, é uma conta que pode ser movimentada livremente, é uma das aplicações mais

comuns que o mercado financeiro oferece, por não exigir um valor mínimo a ser aplicado. Sua rentabilidade é mensal, é livre do Imposto de Renda (IR) e a correção da inflação é baseada na Taxa Referencial (TR) que é calculada pelo Banco Central (INSTITUTO ASSAF, 2019).

Certificado de Depósito Bancário (CDB): é um título emitido pelos bancos que se capitaliza, é disponibilizado para pessoas físicas e jurídicas e, às vezes, os recursos captados por esse produto são utilizados pela própria instituição financeira, para aplicações em outros produtos do mercado financeiro (MELLAGI FILHO e ISHIKAWA, 2003). Segundo o Portal Brasil – F, citado por Turra, Lumbieri (2014 *apud* TURRA, 2014) os CDBs são meios que os bancos utilizam para captar dinheiro e emprestar para seus clientes. As instituições financeiras usam o dinheiro dos investidores e depois devolvem a quantidade acrescida de juros, os quais são menores do que aqueles cobrados nas operações de crédito, logo, quanto mais elevada a taxa de juros do mercado, maior será a rentabilidade do CDB.

Índice Bovespa (Ibovespa): no Brasil, é o principal e mais importante indicador usado para medir o desempenho médio de cotação do mercado, o cálculo desse índice é feito em tempo real e leva em consideração os preços utilizados nos últimos negócios realizados no mercado com as ações que fazem parte da sua carteira (BRASIL, 2017). É possível fazer a compra das ações pela internet, no entanto, especialistas afirmam que nesse mercado é difícil ganhar dinheiro (BRASIL, 2017).

Dólar: é a moeda mais negociada no Brasil. Qualquer pessoa pode comprar ou vender, basta ir até uma agência autorizada, munido de seu documento de identidade (RG). Para comprar valores até R\$ 3.000,00, o pagamento pode ser feito em espécie; no entanto, acima desse valor, somente por débito em conta corrente ou cheque (BRASIL, 2017). São ofertados o Dólar Turístico, o Dólar Comercial e o Dólar Paralelo (BRASIL, 2017a).

Ouro: a cotação do ouro é calculada de acordo com a variação do dólar norte-americano que é definida pela oferta e pela demanda (BRASIL, 2017). Há incidência de 15% de IR para valores acima de R\$ 20.000,00, os valores até R\$ 20.000,00 estão livres do IR. O ouro é comprado no mercado de balcão, em agências financeiras especializadas ou nas empresas de mineração; por telefone e por meio da BM&FBovespa (BRASIL, 2017b).

3 MÉTODO

O método da pesquisa é um grupo de atividades sistemáticas que, com maior economia e segurança, permite alcançar o objetivo com conhecimentos válidos e verdadeiros;

traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2003). Esta pesquisa se classifica quanto à maneira de abordagem do problema, aos seus objetivos e aos procedimentos técnicos que serão realizados. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa, já que foi feita a quantificação dos dados e a comparação da rentabilidade entre a propriedade rural de pequeno porte do Município de São Francisco de Assis com outros indicadores do mercado financeiro. Segundo Malhota (2001, p. 155), “... a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

No que tange à tipologia quanto aos objetivos, optou-se por uma pesquisa descritiva, uma vez que foi descrito, interpretado e comparado os dados contábeis da pequena propriedade rural e os dados do mercado financeiro do ano de 2018. Consoante Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de uma determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e os fenômenos de uma determinada realidade.

Em relação aos procedimentos técnicos que serão utilizados nesta pesquisa, foi escolhida a pesquisa documental e entrevistas. A escolha pela coleta documental ocorreu, uma vez que as fontes de dados, as informações e as evidências são documentos já existentes na pequena propriedade rural, como por exemplo os Blocos de Produtor Rural e as Notas Fiscais. Para Gil (2008, p. 51), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Bardin (2009) complementa que a análise documental busca apresentar de outra maneira as informações, ou seja, armazenar sob uma forma variável e facilitar o acesso ao observador, de tal forma que se obtenha o máximo de informações com elevada pertinência.

Do mesmo modo foram coletados dados fazendo-se uso de entrevistas, uma presencial e três por telefone, com perguntas abertas com os donos da propriedade objeto deste estudo buscando obter maiores informações. Minayo (1993) salienta que a entrevista aberta tem por finalidade captar o maior número possível de informações e detalhes sobre dado assunto, sempre segundo a versão do entrevistado; ela é utilizada para descrever casos individuais, para compreender especificidades culturais e para fazer comparações em diversos casos.

Para a análise dos dados, primeiramente, foi feita uma análise documental nos Blocos de Produtor Rural e nas Notas Fiscais; e realizado uma visita na propriedade e as entrevistas, afim de coletar documentos e informações, avaliá-los e depois trabalhá-los. Após, foi

elaborado uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da propriedade, com informações relevantes como receita, despesas, custo da atividade e o resultado (lucro ou prejuízo), no período que será analisado.; e um Balanço Patrimonial com informações sobre valores do ativo, passivo, bens, direitos e Patrimônio Líquido (PL).

Na sequência, foram calculados os indicadores de rentabilidade destacados na subseção 2.4, assim como coletados os percentuais de rendimentos de alguns indicadores de desempenho do mercado financeiro ofertados no ano de 2018, tais como Poupança, CDB, Índice Bovespa, Dólar e Ouro. Esses serão comparados com os resultados apresentados pela propriedade.

Visto que na pequena propriedade rural familiar, objeto desse estudo, o tabaco é a atividade principal cultivada a muitos anos pela família e o cultivo do milho e a criação de gado são atividades secundárias, optou-se por fazer um estudo detalhado sobre o cultivo do tabaco. Logo os indicadores de desempenho do mercado financeiro serão comparados com os resultados apresentados pelo cultivo do tabaco da propriedade na safra 2018/2019.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para alcançar os objetivos propostos, foram coletados todos os dados necessários da propriedade e realizado quatro entrevistas com os proprietários, a primeira pessoalmente e as outras três por telefone e realizado uma visita na propriedade. Os dados foram encontrados principalmente em notas fiscais e blocos de produtor rural. Alguns valores que não constavam em notas fiscais, foram avaliados pelo proprietário que teve como base o preço praticado pelo mercado da região, tais como, valores de máquinas e terras usadas para o cultivo do fumo.

Na sequência, os dados coletados foram separados entre despesas, custos e receitas. Como custos que estão diretamente ligados ao cultivo de fumo tem-se: secante, produto químico usado para matar pragas presentes no solo; Óleo diesel, utilizado no trator para preparar o solo e trazer o produto pronto da lavoura até o galpão onde é armazenado; Energia elétrica, utilizada para o funcionamento do motor que leva água até as mudas do fumo; Barbante, utilizado para amarrar as folhas que caem do pé do fumo; Mão-de-obra, contratação de serviço de terceiros para dar conta do trabalho nos meses mais corridos da safra; Bandejas, utilizadas para plantar uma semente do fumo em cada compartimento que depois de germinadas se transformam em mudas e são transplantadas no solo; Adubo, utilizado nas mudas quando são transplantadas no solo definitivo; Água, utilizada para regar as mudas quando ainda estão nas bandejas; Produtos químicos, utilizados para o preparo do solo e

conservação das mudas; e Matéria prima, terra usada nas bandejas, as sementes, roupas e EPIs obrigatórios para o cultivo do fumo.

Como despesas tem-se: Manutenção dos maquinários utilizados na safra; Água consumida pelos trabalhadores durante a safra; Seguro da lavoura; Manutenção do galpão onde é armazenado o fumo até ficar pronto para ser vendido; Tributos que são os impostos, impostos da terra e outros; Despesas diversas que englobam ligações telefônicas, produtos alimentícios, viagens até a cidade; Pró-labore que corresponde a um salário mínimo por mês durante a safra. E, como receitas tem-se: Valor pelo qual o produto foi vendido. A seguir apresenta-se a tabela com os valores dos custos, despesas e receitas da safra 2018/2019.

Tabela 2 - Tabela de custos, despesas e receitas da safra 2018/2019

| CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS DA SAFRA 2018/2019 | | | | | |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| CUSTOS | VALOR | DESPESAS | VALOR | RECEITAS | VALOR |
| Secante | R\$ 250,00 | Manutenção trator | R\$ 4.700,00 | Venda produto | R\$ 5.727,12 |
| Óleo Diesel | R\$ 400,00 | Manutenção reboque | R\$ - | Venda produto | R\$ 7.501,88 |
| Energia X 10 meses | R\$ 300,00 | Manutenção pé-de-pato | R\$ - | Venda produto | R\$ 7.811,53 |
| Barbante | R\$ 10,00 | Água x 10 - consumo | R\$ 70,00 | Venda produto | R\$ 6.395,63 |
| Mão-de-obra | R\$ 500,00 | Seguro lavoura | R\$ 1.500,00 | | |
| Bandejas | R\$ 700,00 | Manutenção galpão | R\$ 400,00 | | |
| Adubo | R\$ 3.040,86 | Tributos | R\$ 20,00 | | |
| Água X 10 meses | R\$ 200,00 | Despesas diversas | R\$ 1.000,00 | | |
| Matéria Prima | R\$ 3.778,36 | Pró-labore | R\$ 9.980,00 | | |
| Produtos Químicos | R\$ 1.440,54 | | | | |
| TOTAL CUSTOS | R\$ 10.619,76 | TOTAL DESPESAS | R\$ 17.670,00 | TOTAL RECEITAS | R\$ 27.436,16 |

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019)

Após os dados serem separados entre custos, despesas e receitas, foi elaborado o Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), que é um relatório contábil que mostra se a empresa está gerando lucro ou prejuízo considerando o período analisado. Sendo assim, este relatório compara os dados das receitas e gastos do negócio. A propriedade rural obteve uma receita operacional líquida proveniente das vendas de R\$ 27.436,16, um resultado operacional bruto de R\$ 16.816,40 e um prejuízo no período analisado de - R\$ 853,60.

Abaixo tabela com o Demonstrativo do Resultado do Exercício do período analisado:

Figura 3- Demonstrativo de Resultado Safra 2018/2019

| DRE SAFRA 2018/2019 | |
|---------------------------------|----------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | R\$ 27.436,16 |
| (-) CUSTO DO PRODUTO VENDIDO | -R\$ 10.619,76 |
| = RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | R\$ 16.816,40 |
| (-) DESPESAS | -R\$ 17.670,00 |
| = RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO | -R\$ 853,60 |
| LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO | -R\$ 853,60 |

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019)

Além do DRE foi elaborado o Balanço Patrimonial da propriedade (Figura 4). O BP também é um relatório contábil que apresenta o registro de todos os bens, direitos e obrigações no período analisado.

Figura 4- Balanço Patrimonial safra 2018/2019

| BALANÇO PATRIMONIAL SAFRA 2018/2019 | | | |
|--|----------------------|-------------------------------|----------------------|
| ATIVO | | PASSIVO | |
| ATIVO CIRCULANTE | R\$ 1.000,00 | PASSIVO CIRCULANTE | R\$ 13.553,60 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | R\$ 1.000,00 | Fornecedores a pagar | R\$ 3.573,60 |
| Estoque | R\$ - | Pro-labore a pagar | R\$ 9.980,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | R\$ 37.000,00 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | R\$ - |
| Terreno e Galpão | R\$ 12.000,00 | PATRIMONIO LIQUIDO | R\$ 24.446,40 |
| Maquinário | R\$ 25.000,00 | Capital Social | R\$ 25.300,00 |
| | | Lucro/prejuízo | -R\$ 853,60 |
| TOTAL ATIVO | R\$ 38.000,00 | TOTAL PASSIVO + PL | R\$ 38.000,00 |

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019)

Conforme destacado na Figura 4, na safra 2018/2019, a propriedade apresentou um ativo circulante de R\$ 1.000,00 em caixa, um ativo não circulante R\$ 37.000,00 equivalente a terras, máquinas e galpão, totalizando um ativo de R\$ 38.000,00. Como passivo circulante R\$ 13.553,60 dentre fornecedores encontrados em notas fiscais e pró-labore de um salário mínimo mensal estipulado pelo proprietário, e não apresentou passivo não circulante devido as obrigações serem todas quitadas no período da safra, o patrimônio líquido foi de R\$ 24.446,40, capital social no valor de R\$ 25.300,00, prejuízo de - R\$ 853,00 e o total do passivo + patrimônio líquido de R\$ 38.000,00.

Depois de elaborar o DRE e o Balanço Patrimonial, foi calculado os seguintes indicadores de rentabilidade: margem de lucro bruto, margem de lucro operacional, margem de lucro líquido, ROA e ROE. Os valores obtidos são apresentados na tabela a seguir.

Figura 5- Indicadores de rentabilidade da propriedade

| Indicadores de Rentabilidade | Safra 2018/2019 (10 meses) |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Margem de Lucro Bruto | 61,29% |
| Margem de Lucro Operacional | -3,11% |
| Margem de Lucro Líquido | -3,11% |
| ROA | -2,25% |
| ROE | -3,49% |

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019)

A margem de lucro bruto que mensura o quanto rentável é um negócio, ou seja, ela mostra em valores percentuais o quanto de lucro bruto o negócio gera quando confrontado com suas vendas. A propriedade apresentou um índice de 61,29% de margem de lucro bruto,

levando em consideração que quanto mais elevado este indicador, melhor, este índice da entidade demonstrou que a entidade possui um lucro bruto que representa sessenta e um por cento das vendas de fumo realizadas.

A margem de lucro operacional mostra em porcentagem o quanto de lucro resta, após a dedução de custos e despesas, quando confrontado o lucro operacional com a receita de vendas, a propriedade rural apresentou um índice de -3,11%, ou seja, não existem lucros após a dedução de custos e despesas.

A margem de lucro líquido mostra qual foi o lucro líquido do período quando comparado com a receita operacional. A propriedade rural apresentou um índice de -3,11%, ou seja, como o índice foi negativo, não existe lucro líquido.

O retorno sobre o ativo total (ROA) mensura o quanto de retorno foi gerado para cada real investido pela empresa. Mede a eficácia na geração de lucros a partir dos ativos disponíveis. A propriedade rural apresentou um índice de -2,25%, ou seja, não está sendo gerado retornos a partir dos ativos.

O retorno sobre o capital próprio (ROE) pondera o quanto de dinheiro o proprietário ou acionista está ganhando em relação a seus investimentos. A propriedade apresentou um índice de -3,49%, logo, não existem ganhos sobre os investimentos.

Posteriormente a análise dos indicadores de rentabilidade, coletou-se as informações relativas aos indicadores de desempenho das opções de investimentos do mercado financeiro do ano de 2018. Os valores percentuais do rendimento dessas opções de investimentos são apresentados na tabela a seguir:

Figura 6- Indicadores econômico-financeiros do ano de 2018.

| INVESTIMENTO | RENDIMENTOS 2018(%) |
|--------------|------------------------|
| POUPANÇA | 4,62% |
| CDB | 6,06% |
| IBOVESPA | 15,03% |
| DÓLAR | 16,92% |
| OURO | 16,93% |
| ROE | -2,25% |
| ROA | -3,49% |

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019)

Após analisar os dados obtidos tanto da propriedade quanto do mercado financeiros do ano de 2018, concluiu-se que, tendo em vista que a propriedade obteve um resultado negativo na safra 2018/2019 (prejuízo), os rendimentos das opções de investimento foram sempre superiores em retorno do que a atividade da propriedade. Assim, quando comparada com a

poupança, a propriedade rural apresentou um rendimento negativo. Além disso, nessa comparação com a poupança o ROE precisara aumentar 6,87 pontos percentuais e o ROA aumentar 8,11 a para se equiparar ao rendimento da poupança. Quando comparada com o CDB, a propriedade rural também apresentou um rendimento negativo anual. A diferença entre o rendimento observado pelos indicadores ROE e ROA quando comparados ao rendimento do CDB foi de 8,31 e 9,55 pontos, respectivamente.

Quando comparada com a IBOVESPA, a propriedade rural apresentou um rendimento anual negativo. A diferença entre o rendimento observado pelos indicadores ROE e ROA quando comparados ao rendimento do IBOVESPA foi de 17,28 e 18,52 pontos, respectivamente. Quando comparada com o dólar, a propriedade rural apresentou novamente um rendimento negativo. Em relação a diferença entre o rendimento observado pelos indicadores ROE e ROA quando comparados ao rendimento do dólar foi de 19,17 e 20,41 pontos, respectivamente. Por fim, quando comparada com o ouro, a propriedade rural apresentou também um rendimento negativo. A diferença entre o rendimento observado pelos indicadores ROE e ROA quando comparados ao rendimento do ouro foi de 19,18 e 20,42 pontos, respectivamente.

Portanto, como pode-se perceber, a propriedade rural apresentou rentabilidade negativa quando comparada com os indicadores financeiros, a rentabilidade foi inclusive menor que o rendimento da poupança que rendeu 4,62% ao ano (menor rendimento dos investimentos analisados como alternativa à produção de fumo). Neste caso, se o dono da propriedade rural estivesse investido todo seu capital social em alguma das opções de investimento analisadas, teria tido um rendimento bem melhor e não teria tido todo desgaste e trabalho de produzir o fumo. Entretanto, há que se destacar que a propriedade possui outras atividades de cultivo e, portanto, pode ser que ao ser realizada uma análise do todo observe-se que o plantio de fumo serve como um mecanismo de diluir os custos fixos com as outras atividades e assim, mesmo que gere prejuízo, auxilia a propriedade como um todo ter uma lucratividade maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral, identificar qual a rentabilidade de uma propriedade rural de pequeno porte do município de São Francisco de Assis, quando comparada com outros investimentos oferecidos pelo mercado financeiro na safra 2018/2019 e como objetivos específicos, tendo como base a safra 2018/2019: mensurar os dados

contábeis financeiros da propriedade; calcular os indicadores de rentabilidade da propriedade e coletar os indicadores de desempenho das opções de investimento ofertadas pelo mercado financeiro; analisar os dados contábeis e financeiros da propriedade bem como os indicadores de rentabilidade buscando uma comparação com as opções de investimento do mercado financeiro.

Como visto anteriormente, o Brasil é considerado um país com vocação natural para o agronegócio e este tem cada vez mais impacto positivo na economia brasileira (BARROS, 2018). Dentro do agronegócio destaca-se a agricultura familiar que é composta basicamente por agricultores familiares que produzem entre outros produtos, aves, suínos e fumo que são produtos ligados a mercados internacionais (ABRAMOVAY, 2003, p. 7). O Brasil é considerado o maior exportador de fumo mundial e ocupa o segundo lugar na exportação de fumo em folha (VARGAS; OLIVEIRA, 2012), isso configura grande relevância na produção agrícola e renda e tem grande importância para o agronegócio pois fixa o homem no campo, garante a renda dos agricultores familiares e contribui para a diminuição do desemprego (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

Quando se trata da contabilidade rural sabe-se que ela é responsável pelo controle do patrimônio das propriedades, apoia na tomada de decisão; permite fazer comparações de desempenho perante outras entidades; mensura o desempenho financeiro da propriedade e de cada atividade produtiva; e apoia no planejamento da produção, nas vendas, nos investimentos e nas projeções de fluxos de caixa, ou seja, ela é a cópia de uma empresa rural e deve ser assistida de perto pelo seu proprietário (CREPALDI, 2004), porém, ela é ainda muito pouco utilizada no campo.

A partir dessa perspectiva, surgiu a oportunidade e interesse em fazer esse estudo em uma pequena propriedade rural familiar que está localizada no interior do município de São Francisco de Assis, onde predomina a agricultura familiar e o cultivo do fumo como atividade principal e como atividades secundárias, o cultivo do milho e criação de gado destinado para venda.

O problema de pesquisa e o objetivo geral do estudo foram atingidos, uma vez que no decorrer da pesquisa realizou-se o levantamento e análise dos dados da lavoura de fumo, atividade principal. Logo, os objetivos específicos foram todos alcançados e para isso foi necessário, mensurar os dados contábeis e financeiros da propriedade da safra 2018/2019, calcular os indicadores de rentabilidade da propriedade, coletar os indicadores de desempenho das opções de investimentos ofertadas pelo mercado financeiro no ano de 2018 e por fim

compará-los com os indicadores obtidos da propriedade e os indicadores de desempenho das opções de investimentos do mercado financeiro.

Após analisar e trabalhar todos os dados, foi verificado que a propriedade rural, na safra de fumo de 2018/2019, apresentou um prejuízo R\$ - 853,60, logo, não houve retorno sobre o ativo total nem sobre o capital próprio. Como não houve lucro, a propriedade apresentou rentabilidade negativa quando comparada com os indicadores financeiros do ano de 2018. Com base nesse resultado, o cultivo da lavoura de fumo não foi viável e como havia sido sugerido anteriormente ao proprietário, a propriedade seria bem mais rentável se investisse seu capital social em alguma das opções de investimentos ofertadas pelo mercado financeiro, assim, não seria necessário ficar exposto a variações de temperatura e principalmente aos inúmeros agrotóxicos usados no cultivo da lavoura de fumo.

Quando o estudo foi apresentado ao proprietário, o mesmo falou que acreditava que o cultivo do fumo era rentável, porém, no decorrer da conversa mencionou que algumas despesas gerais são quitadas com a venda do gado e do milho e que no dia-a-dia como não é feito nenhum controle, não é possível perceber que a atividade principal da propriedade está dando prejuízo.

Este estudo foi de grande relevância e trouxe muitas contribuições ao dono da propriedade; dentre essas contribuições, tem-se o DRE e o BP da propriedade, feitos pela primeira vez; também foi possível mostrar ao proprietário a importância da contabilidade no seu negócio e a importância de ter resultados palpáveis para poder fazer a administração e planejamento de curto e longo prazo. Ainda pode-se provar ao proprietário que o mercado financeiro oferece bons e rentáveis investimentos que vão do mais simples aos mais complexos de se entender e trabalhar.

No entanto, devido algumas limitações encontradas no decorrer do estudo, essas podem ter influenciado no resultado final da pesquisa. Destacam-se alguns pontos principais como: valores de alguns bens e despesas estipulados pelo dono, falta de controle administrativo, coleta de dados de apenas uma safra e ter estudado somente a atividade principal da propriedade. Como contribuição para as próximas pesquisas nesse segmento da economia, sugere-se envolver um período maior de tempo, onde seja possível fazer a análise de mais de uma safra e também incluir todas as atividades que contemplam a receita financeira do empreendimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. É necessário cobrar resultados se assentamentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 out. 2003. Entrevista. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/e-necessario-cobrar-resultados-de-assentados/>. Acesso em: 21 maio 2019. .
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- ALENCAR, E. *et al.* Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 3, n. 2, 2001.
- APLICAÇÕES financeiras – registro contábil. **Portal de Contabilidade**. [201-]. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/aplicacoesfinanceiras.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.
- ASSAF NETO, A. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Site oficial**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtmlms%2Flinks.asp>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- BARBOSA, L. *et al.* Contabilidade, gestão de custos e resultados no agronegócio: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 19., 12-14 nov. 2012, Bento Gonçalves. **Anais [...]** Bento Gonçalves: [s.e.], 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BARROS, J. **A indústria e o agronegócio brasileiro**. 2018. 28 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2018.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. jun. 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRASIL. Governo do Brasil. **BM&FBovespa**. nov. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/bm-f-bovespa>. Acesso em: 27 abr, 2019.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Moeda estrangeira**. dez. 2017a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/moeda-estrangeira>. Acesso em: 27 abr, 2019.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Ouro**. dez. 2017b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/ouro>. Acesso em: 27 abr, 2019.

BRASIL. Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, jul. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 21 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Exportações do agro em alta de quase 6% ultrapassam US\$ 100 bilhões**. jan. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/exportacoes-do-agro-em-alta-de-quase-6-ultrapassam-us-100-bi>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CARMO, R. A questão agrária eo perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahía Agrícola**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 27-32, nov. 2000.

CASTILHO, I. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. out. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CREPALDI, S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

EXPORTAÇÕES DO agronegócio do RS fecharam 2018 com alta. **Notícias Agrícolas**, jan. 2019. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/229467-exportacoes-do-agronegocio-do-rs-fecharam-2018-com-alta.html#.XIUvDShKjIU>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. 12. ed. São Paulo; Pearson Prentice Hall; 2010.

GITMAN, L. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GREGORIO, Diego Folmer; FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Eduardo Fernando Watte, Lucas Vinicius Reis: Controles na Atividade Rural: um ensaio para análise econômica e financeira de uma propriedade**. 2017. 12 f. tese (doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

GONÇALVES, Jônatas. **A gestão dos custos no cultivo do tabaco: um estudo de caso em uma propriedade agrícola familiar localizada em Forquilha - SC**. 2015. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2015.

GUILHOTO, J. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 de mar. de 2019.

- HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas; 2010.
- IBRAHIN, N. Agro maduro e moderno. CNA, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/artigos/agro-maduro-e-moderno>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- INSTITUTO ASSAF. **Aplicações financeiras nos últimos 10 anos**. Artigo, 2019. Disponível em: www.institutoassaf.com.br. Acesso em: 09 abr. 2019.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas; 2010.
- LAGIOIA, U. **Fundamentos do mercado de capitais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LENTZ, K. **Aplicação financeira**: as principais alternativas de investimento em renda fixa no mercado financeiro para pessoas físicas. 2016. 58f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2016.
- LOURENZANI, W. **Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura família**. 2005. Xf. Artigo (Pós-Graduação) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Produção, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- MALHOTA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
- MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, M. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PORTAL BRASIL. **Caderneta de poupança** – índices mensais. 2018. Disponível em: http://portalbrasil.net/poupanca_mensal.htm. Acesso em: 02 mar. 2019.
- RAMOS, P. **Conceitos de agronegócio e agricultura familiar: visões, importância e funcionamento**. 2014. 27f. Relatório Final (Graduação em Gestão do Agronegócio) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2014.
- REIS, R. Contabilidade rural. **Contábeis**, maio 2012. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/767/contabilidade-rural/>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- SALDANHA, A. **Evolução e determinantes da margem bruta em estabelecimentos agropecuários familiares no Norte do Paraná, de 1998 a 2003**. 2005. XF. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração da

Universidade Estadual de Maringá PPA: UEM- Universidade Estadual de Londrina UEL, Maringá, 2005.

SILVA, J. **Análise financeira das empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, M.; CESARIO, A.; CAVALCANTI, I. Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA*, 10., 2013, Cidade. **Anais [...]** Paraíba: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/8.trabalho/8c_csadamt01.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVEIRA, R. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Cruz Do Sul, v. 19, n. 2, p. 23-40, 2015.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TINOCO, S. **Conceituação de agricultura familiar**: uma revisão bibliográfica. 2006. Tese (Doutorado em Agricultura) – Curso de Pós-Graduação em Agricultura, Centro de Agricultura, Universidade do Estado de São Paulo – UNESAP, Campos de Jaboticabaí, Jaboticabaí, São Paulo, 2006.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

TURRA, F.; LUMBIERI, L. **O estudo da rentabilidade de uma pequena propriedade rural do município de Novo Machado, nos setores de agricultura e pecuária no ano de 2014**. 2014. 21f. Monografia (Graduação) - Curso de Processos Gerenciais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, do Rio Grande Do Sul- IFRS, Farroupilha, 2014.

VARGAS, M.; OLIVEIRA, B. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Resr**, Piracicaba, v. X, n. Y, p.177-191, 2012.

VILCZAK, A. **Agricultura familiar e a produção de fumo: estudo de caso dos fumicultores contratados pela Souza Cruz em Prudentópolis- PR**. Curitiba. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ULRICH, E. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, Getúlio Vargas**, v. 4, n. 9, jul./dez. 2009.